



# MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
EXERCÍCIO 1974  
ADMINISTRAÇÃO ENG.º EUCLIDES TRICHES

R585m  
1974



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

*Engenheiro EUCLIDES TRICHES*

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

*Economista EDMAR PETER*

GABINETE DO GOVERNADOR

CASA CIVIL - *CHEFIA: Deputado VICTOR FACCIANI*  
*Secretário de Estado Extraordinário*  
*para Assuntos da Casa Civil*

CASA MILITAR - *CHEFIA: Ten. Cel. LUIZ DIÓGENES CHAVES COUTO*  
CONSULTORIA GERAL DO ESTADO

*Bel. MÁRIO BERNARDO SESTA*

ASSESSORIA ESPECIAL DO GOVERNADOR

*CHEFIA: Econ. GUILHERME SOCIAS VILLELA*  
*Secretário de Estado Extraordinário*

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

*PROCURADOR GERAL: Bel. EDUARDO PINTO*

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

*SECRETÁRIO: Ten. Cel. MAURO COSTA RODRIGUES*

SECRETARIA DA AGRICULTURA

*SECRETÁRIO: Econ. EDGAR ÍRIO SIMM*

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

*SECRETÁRIO: Econ. EDISON BAPTISTA CHAVES*

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

*SECRETÁRIO: Prof. CARLOS VERÍSSIMO DE ALMEIDA AMARAL*

SECRETARIA DA FAZENDA

*SECRETÁRIO: Econ. JOSÉ HIPÓLITO MACHADO DE CAMPOS*

SECRETARIA DO TURISMO

*SECRETÁRIO: Bel. ROBERTO EDUARDO XAVIER*

SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

*SECRETÁRIO: Eng. HENRIQUE ANAWATE*

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

*SECRETÁRIO: Cel. PAULO NUNES LEAL*

SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

*SECRETÁRIO: Deputado NELSON MARCHEZAN*

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS

*SECRETÁRIO: Eng. JORGE ENGLERT*

SECRETARIA DA SAÚDE

*SECRETÁRIO: Dr. JAIR DE OLIVEIRA SOARES*

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

*SECRETÁRIO: Bel. DOLMY TARASCONI*

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

*SECRETÁRIO: Deputado OCTÁVIO GERMANO*

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

*SECRETÁRIO: Cel. NEY PINTO DE ALENCAR*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

Df.GG/AEG-128/75

Porto Alegre, 19 de março de 1975.

Senhor Presidente

Dando cumprimento à norma do artigo 66, item XIV, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para conhecimento dos Senhores Membros do Poder Legislativo, Mensagem expositiva que diz respeito à situação dos negócios do Estado.

Senhor Presidente e Senhores Deputados

Dentre as definições essenciais estabelecidas no PROJETO GRANDE RIO GRANDE — implantado a partir de 15 de março de 1971 e executado durante a atual gestão — sublinhava-se a idéia segundo a qual a aceleração do desenvolvimento econômico e a elevação geral dos níveis de bem-estar da sociedade rio-gran-dense não permitiam a escolha de outro caminho que não o rápido ingresso numa etapa qualitativa, perseguindo-se para isso, de forma incessante, em todos os setores, o aumento de rendimento do trabalho, do capital e da terra. Era, em última análise, a

. . . . .

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado JOÃO CARLOS GASTAL  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
Palácio Farroupilha  
Nesta Capital



busca da produtividade de todo um sistema econômico e social — condição do progresso. Era, também, mais do que uma concepção de desenvolvimento — porquanto a implantação de um programa de governo, que viesse contemplar o esforço de todos os setores produtivos da sociedade, iria demandar um novo estilo administrativo — era quebrar tradições, vergar arraigadas formas de pensar e de administrar e, por isso mesmo, contrariar, muita vez, interesses de grupos ou pessoas. Mas não havia opções e tudo deveria convergir para os grandes objetivos do PROJETO GRANDE RIO GRANDE. A situação, pois, estava posta.

Diga-se aqui, desde logo, que o Governo Estadual não se julga dono de resultados. Estes, em quatro anos decorridos, dependeram do esforço de todos — setores públicos e privados. Ressalte-se que nada ou pouco seria feito, se não fosse a comunhão de trabalho estabelecida no Rio Grande do Sul, transformado hoje, como já se disse antes, numa grande e febricitante oficina de trabalho. Nesse sentido, diga-se ainda que o Governo Estadual dá testemunho do árduo trabalho desenvolvido pela Egrêgia Assembléia Legislativa do Estado, a qual, através de trabalhos de comissões e do plenário, muito contribuiu para as referidas mudanças ocorridas nestes últimos anos.

Como consequência desse esforço comum, os resultados aí estão: não se conhece, na história rio-grandense, período de maior volume de investimentos públicos e privados alocados em sua economia; a Educação, afora ter sofrido radical transformação de seus outrora encanecidos métodos e sistemas, mudanças estas que a colocaram em situação privilegiada no cenário nacional, atingiu os mais elevados índices de escolaridade; a Agricultura e a Pecuária possuem hoje novos conceitos de produção, aquela, com sua crescente produtividade, permitindo promissoras reformulações nesta; a Indústria ampliou o seu dinâmico parque —

.....



Of. GG/AEG-128/75

3.

.....

para citar, de antemão, os setores prioritários estabelecidos no PROJETO GRANDE RIO GRANDE.

Demais, a capacidade de geração de energia elétrica alcançou mais de 1 milhão de quilovates, sem que houvesse ficado à margem o estabelecimento de novos projetos, a exemplo de Itaúba, que vem exigindo substanciais recursos. A rede de estradas pavimentadas atinge mais de 6.000 quilômetros; as vias navegáveis, cerca de 700 quilômetros, reduzindo custos de transferência da produção; a capacidade de armazenagem da produção agrícola alcançou cerca de 7.000.000 de toneladas. As comunicações atingiram os mais distantes municípios, com expressivas melhorias nos grandes centros urbanos. O atendimento de água potável foi, por igual, estendido às pequenas comunidades, onde também chegaram, em muitas pela vez primeira, os programas de saúde pública, assim como a ação comunitária desencadeada através de programas oficiais. O comércio tem vivido uma fase de sólida prosperidade. O turismo, de sua vez, estabeleceu, através de seus programas, um ponto de referência no desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Por fim, ressalte-se, também, a mudança ocorrida na administração pública — em suas entidades e em seus métodos de ação. Eis, no caso, uma máquina administrativa mais leve, mais maleável e, portanto, consentânea com as exigências dos tempos atuais.

Cabe sublinhar, da mesma forma, que maciços recursos foram aplicados em projetos de longa maturação — dentre eles a Central Hidrelétrica de Itaúba — afora os programas referentes à implantação, no Rio Grande do Sul, do III Pólo Petroquímico, ao fomento da Agroindústria, bem como ao estabelecimento de novos distritos e áreas industriais e ao desenvolvimento urbano.

Adiante, os indicadores contidos nesta Mensagem

.....



4.

Of. GG/AEG-128/75

. . . .

traduzirão esta nova realidade rio-grandense — a de um Rio Grande do Sul imune, em muito, às maiores influências dos problemas que têm ocorrido na ordem econômica internacional.

### AÇÃO DO GOVERNO NAS ÁREAS PRIORITÁRIAS

#### a. Educação

Em consonância com a filosofia que orienta os propósitos governamentais em âmbito nacional, a Secretaria de Educação e Cultura teve como uma de suas metas prioritárias, no período 1971-1974, consolidar o sistema educacional do Estado, objetivando torná-lo capaz de servir de suporte à Reforma do Ensino.

Como os objetivos da educação tiveram novo enfoque a partir dos preceitos da Reforma, outras exigências foram feitas aos diversos organismos que compõem o sistema. Para acioná-lo, foi imprescindível criar mecanismos estruturais — orgânicos e funcionais — que favorecessem uma ação eficaz dos diversos órgãos que constituem a SEC, bem como o seu efetivo entrosamento com os demais setores governamentais.

Foi necessário, portanto, o desenvolvimento simultâneo de dois processos: o da Reforma Administrativa e o da Reforma do Ensino.

Essa simultaneidade de ações, consideradas no mesmo nível de importância, é que possibilitou a criação das bases indispensáveis à nova abrangência e posicionamento da educação, em relação ao processo global de desenvolvimento do Estado.

Nesse sentido, as principais realizações da Se

. . . .



.....  
cretaria de Educação e Cultura, no período 1971-1974, foram as seguintes:

1. Implantação da Reforma Administrativa

A estratégia de ação adotada na organização do Sistema Educacional resultou na descentralização da execução administrativa, através da criação de sete Coordenadorias Regionais, que abrangem as Delegacias de Educação do interior do Estado, de acordo com a moderna tecnologia educacional.

2. Implantação da Reforma de Ensino de Primeiro e Segundo Graus

A implantação do ensino de 1º grau, iniciada em 1971, exigiu a criação de 6<sup>as</sup> séries em 692 escolas, o que equivalaria, no sistema antigo, à criação de igual número de ginásios.

O número de alunos, que em 1971 era de 1.412.529 atingiu em 1974 um total de 1.678.788.

Quanto ao ensino de 2º grau, sua implantação atingiu 92 municípios, até 1974. Além disso, foram autorizadas "extensões" desse nível de ensino em 26 localidades. Houve, assim, um aumento progressivo do número de alunos que, em 1971, era de 90.001 e, em 1974, alcançou um total de 135.402 alunos.

Essa política permitiu ao Governo cabal atendimento a sua promessa: "Nenhuma criança sem Escola"; em 1974 existiam, no Estado, 2.165.505 alunos matriculados nos diferentes níveis educacionais.

3. Contratação de Professores

A implantação e implementação do ensino de 1º e 2º graus exigiu a contratação de 18.940 professores no período



6.

Of. GG/AEG-128/75  
.....

do 1971-1974, contando a rede estadual, atualmente, com 55.275 professores efetivos.

#### 4. Compra de Vagas

Nos anos de 1972, 1973 e 1974 foram compradas, em estabelecimentos particulares, 516.282 vagas em 863 escolas, para alunos do ensino de 1º grau, e 24.679 vagas, em 231 escolas, para alunos de 2º grau.

#### 5. Ensino Supletivo

Nos anos de 1972, 1973 e 1974 foi atendida — a través de ensino direto, de cursos pelo rádio ou em convênios com o PIPMO e o MOBREAL — uma clientela de, aproximadamente, 163.000 alunos por ano, ou seja, 489.000 alunos em três anos.

#### 6. Obras

##### Construções:

- 13 prédios para as Delegacias de Educação
- 38 prédios para escolas
- 150 salas de aula (em 55 prédios escolares)
- 36 ginásios polivalentes (PREMEM)
- 19 ginásios polivalentes em fase final de construção e 29 programados para entrega ainda em 1975
- 1 ginásio para Ginástica Olímpica no Centro de Treinamento do Parque Menino Deus, em Porto Alegre
- 1 Museu Arqueológico, em Taquara.

Além dessas obras, foram ampliados 32, concluídos 70 e recuperados 478 prédios escolares.

Foram recuperados, ainda, o Museu Júlio de Castilhos e a Biblioteca Pública Estadual, estando pronto o projeto de restauração do Teatro São Pedro, obra a ser iniciada

.....



quando da liberação de verbas federais específicas.

7. Implantação do Estatuto e da Carreira do Magistério Público do Estado

Através da Lei 6672/74 — Estatuto e Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul — procurou-se dar um tratamento novo e específico ao professor, qualquer que seja a sua categoria e seu enquadramento, fundamentado em quatro princípios básicos: profissionalização, paridade de remuneração, progressão na carreira e valorização da qualificação.

8. Política de Educação no Meio Rural

Acionada pelo Decreto Estadual 22.351/73, a política de educação no meio rural se concretizou, especialmente, através das seguintes medidas:

- Assinatura de Acordos de Intenções, para disciplinar a assistência do Estado aos Municípios e estabelecer as bases de um plano conjunto. Esses Acordos estão sendo regulados, periodicamente, por Aditivos Operacionais.

- Transferência de recursos financeiros aos Municípios, destinados a despesas de custeio na educação e a investimentos em obras, equipamentos e material permanente, previstos nos Planos Operativos de Educação Municipal (POEM) de cada Município.

- Financiamento junto ao Plano de Integração Social (PIS), para apoio à Municipalização do Ensino, a ser aplicado segundo as necessidades.

9. Criação de Entidades Educacionais

Merece destaque, no período 1971-1974, a criação de:



8.

Of.GG/AEG-128/75  
.....

- 10 Centros Rurais de Educação Supletiva (CRES);
- 10 Centros de Artes, Ciência e Tecnologia (CACT);
- 36 Unidades Móveis de Iniciação ao Trabalho (UMIT), cada uma delas atendendo 1.200 alunos do meio rural;
- 1 Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional - Lei 6616/73.

b. Agropecuária

A atual administração, quando elaborou o PROJETO GRANDE RIO GRANDE, mantendo presente que o Rio Grande do Sul tinha na agropecuária o seu principal suporte econômico, preconizou a necessidade imperiosa da introdução de moderna tecnologia no setor, capaz de acelerar todos os índices de produtividade. Com efeito, no decorrer destes 4 anos de Governo, a agropecuária foi crescendo em importância estratégica para o Estado e, nesse crescimento, impulsionou diretamente a atividade econômica global.

Diversas foram as realizações no setor primário da economia: foram criados órgãos de apoio e supervisão às atividades agropecuárias — com o fim de promover um desenvolvimento mais ordenado no setor — como a Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura (CEMAPA), o Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPAGRO) e o Instituto de Pesquisas Zootécnicas.

No campo da produção vegetal, cabe destacar a criação da Central Vitivinícola do Rio Grande do Sul S. A. (VINO SUL), que deu nova dimensão à vitivinicultura sul-rio-grandense, com a industrialização do mosto e do suco de uva, garantindo a abertura de novas frentes para o setor e para a fruticultura em geral. Também as culturas de trigo, soja e arroz, principalmente, mereceram uma atenção especial, considerando a importância

.....



.....

desses produtos no contexto econômico do Estado e do País. A soja, primeiro lugar na pauta de exportações gaúchas, deverá disputar com o café e o açúcar o primeiro lugar nas exportações brasileiras. Visando ao aumento da produtividade por hectare plantedos produtos acima referidos, assim como do milho e da cebola, foram pesquisadas e lançadas novas variedades de sementes.

A mesma atenção de que foi alvo o setor de produção vegetal foi dispensada, também, à produção animal, tanto no que se refere à promoção da pecuária — através de exposições — como também em termos de maior produção e melhor qualidade.

Com o aproveitamento do Parque Estadual de Esteio, cuja necessidade se fazia sentir, dado o crescimento natural alcançado pelas Exposições Estaduais de Animais, foram realizadas duas edições da Exposição Internacional de Animais (EXPOINTER), em 1972 e 1974. Da primeira, participaram 8 países, com um montante de Cr\$ 3.986.525,00 em vendas e, na segunda, estiveram presentes 11 países, com um movimento de vendas de mais de Cr\$ 26.000.000,00.

Quanto às atividades de produção e de preservação de qualidade, devemos fazer referência à:

- criação das Estações de Avaliação do Gado Bovino de Corte, em 1972, contando-se, agora, com 15 unidades em operação, em 7 municípios do Estado;
- criação da Central de Inseminação do Estado (CRIA), atendendo ao objetivo de inovar tecnologicamente a pecuária gaúcha;
- realização de campanhas de combate à brucelose, à helmintose, ao carrapato e à febre aftosa;
- instituição das Feiras do Terneiro, que têm como objetivo final a terminação de novilhos para abate até os 30



10.

Of.GG/AEG-128/75

.....  
meses de idade.

A ação do Governo no setor agropecuário estende-se, também, ao tratamento dos Recursos Naturais Renováveis, assim como ao desenvolvimento da Pesca. Quanto ao primeiro aspecto, destacam-se a instalação do Horto Florestal, no município de Planalto — para reflorestamento dos Parques Estaduais e fornecimento de mudas — e o lançamento do Plano de Valorização do Litoral, que visa ao aproveitamento do solo e clima da região para reflorestamento, através da determinação de técnicas adequadas de produção. Quanto ao segundo aspecto, salientam-se a implantação da pesquisa oceanográfica da área do Atlântico Sul, realizada entre Torres e a foz do Rio da Prata, em caráter sistemático, e a criação da Companhia de Terminais Pesqueiros (COTEPE), objetivando projetar e implantar empreendimentos pesqueiros.

### c. Indústria e Comércio

A ação desenvolvida pela Secretaria da Indústria e Comércio norteou-se por duas premissas básicas:

- dinamização dos mecanismos de apoio às empresas;
- criação dos Conselhos de Desenvolvimento.

Esse modo de atuar orientou-se, igualmente, pela busca destacada de dois objetivos, corolários dessas premissas:

- promoção do Estado e seus produtos, visando especialmente ao incremento de suas exportações;
- atração de novos investimentos dinâmicos e multiplicadores.

Essa ação sistêmica compreende:

- Secretaria da Indústria e Comércio (SIC) — or
- .....



Of.GG/AEG-128/75.

11.

...  
gão disciplinador que traça a política nos setores da indústria e comércio;

- Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CEDIC) - órgão executivo do sistema;

- Conselho de Desenvolvimento Industrial (CONDEI) e Conselho de Desenvolvimento Comercial (CONDEC)—órgãos consultivos que têm a função de integrar os setores público e privado.

Assim estruturada e tendo ainda ligadas a si diversas empresas de economia mista — Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), Instituto Sul-Riograndense de Carnes (ISRC), Aços Finos Piratini S.A. (AFP), Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA), Produtos Gaúchos S.A. (PROGASA) e Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC) — cumpriu esta Secretaria a missão que lhe coube no PROJETO GRANDE RIO GRANDE, num período em que o produto industrial do Estado cresceu a taxas bem superiores às do País.

A criação da CEDIC e o início das operações da Aços Finos Piratini S.A., em 1973, permitiram a efetivação, em 1974, de medidas de alto significado para a economia do Estado.

A produção, no Rio Grande do Sul, de aços especiais fez com que várias empresas elaborassem projetos de investimento no Setor, sendo que alguns já se encontram em fase de implantação, como os da BARMAG MASCHINENFABRIK, PIRATININGA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COMPANHIA INDUSTRIAL DE FUNDIÇÃO DE AÇOS e GRUPO GILDEMEISTER, entre outros.

Outras atividades destacadas dessa Companhia foram desenvolvidas, tais como:

- elaboração do Cadastro Industrial do Estado, com 5.000 empresas registradas em 183 municípios;

- elaboração de conjunto de Perfis Setoriais, con

.....



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

12.

Of.GG/AEG-128/75

tendo dados completos sobre produção, área cultivada, mercado, comercialização e outros informes relativos ao Setor Primário Gaúcho;

- identificação das Facilidades Locacionais dos municípios do Estado.

Importantes Departamentos dentro da estrutura da Secretaria da Indústria e Comércio, como o Empresarial e o de Assistência ao Cooperativismo, foram reorganizados e dinamizados, sendo-lhes conferidas atribuições objetivas e atuantes dentro dos respectivos setores, como a manutenção do quadro preciso da situação das empresas de economia mista vinculadas à Pasta, o assessoramento a empresários e investidores e o fortalecimento do movimento cooperativista, além de outras.

Dentro da política de estabelecimento de áreas e distritos industriais, estão sendo implantadas as áreas de Gravatá, Cachoeirinha, Butiã e Santa Rosa, sendo que somente a implementação das duas primeiras resultará em investimentos empresariais (iniciais) e governamentais da ordem de Cr\$1.600.000.000,00. Ressalte-se que já foram apresentados, por 74 empresas, projetos para localização nessas duas áreas, o que irá gerar empregos para 17.000 operários.

Cumpra ainda registrar que o Fundo Operação-Empresa (FUNDOPEM) — que subsidia os juros incidentes sobre o financiamento dos investimentos fixos e sobre os empréstimos destinados à expansão ou implantação dos mesmos — constitui-se um dos mais vigorosos instrumentos governamentais, em termos de política de incentivos. No ano de 1974, beneficiou 62 empresas, subsidiando os juros incidentes sobre um total de financiamentos de Cr\$ 737.628.554,00.

.....



AÇÃO DO GOVERNO NAS DEMAIS ÁREAS

1. Economia e Planejamento

A Secretaria de Coordenação e Planejamento teve a tarefa de acompanhar a aplicação dos investimentos do Estado, obedecendo às diretrizes e prioridades estabelecidas no PROJETO GRANDE RIO GRANDE. Ao final de 1974, o total aplicado em despesas de capital nos últimos quatro anos alcançou cifra superior a Cr\$ 13.000.000.000,00, compreendendo as Administrações Direta e Indireta, sendo este valor o mais alto atingido pelo Estado num período governamental.

Em 1971, as despesas de capital representaram 18,63% do total dos dispêndios realizados pela Administração Direta, enquanto que, em 1974, a participação das despesas de capital atingiu 25,71%.

A capacitação da máquina governamental para as funções do governo moderno, buscando responder com eficácia e eficiência às demandas do processo de desenvolvimento, determinou a adoção de uma política de modernização administrativa que combinasse: reestruturação, transformação, extinção e criação de órgãos; simplificação de rotinas; criação de um sistema de informações técnicas, introdução acelerada de processamento eletrônico de dados; descentralização administrativa e aperfeiçoamento de recursos humanos.

Essas tarefas foram levadas a efeito pela Junta de Modernização Administrativa, com resultados destacados nas áreas da Educação, da Segurança, da Administração, da Fazenda e do Planejamento, surgindo como corolário a concepção do Centro Administrativo do Estado, cujo planejamento de ocupação e operação está em fase de conclusão.



. . . . .

Sensível a um dos mais agudos problemas mundiais, o da concentração urbana em grandes metrópoles, o Governo orientou, através da Secretaria de Coordenação e Planejamento, uma política de interiorização que buscasse o equilíbrio entre as cidades interioranas e a Região Metropolitana de Porto Alegre.

O primeiro instrumento criado para esse fim foi o Conselho Especial de Planejamento e Expansão de Distritos Industriais (CEPEDI), cuja ação permitiu a criação dos distritos industriais de Rio Grande, Gravataí, Cachoeirinha, Butiã e Santa Rosa, estando em equacionamento a implantação dos Distritos de Passo Fundo, Santa Maria, Lajeado, Arroio dos Ratos, São Jerônimo, Santo Ângelo e Santo Antonio da Patrulha. A implantação desses Distritos está a cargo da Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC).

Paralelamente a essa ação direta no setor, o CEPEDI apoiou iniciativas municipais de estabelecimento de áreas industriais em Caxias do Sul, Farroupilha, Pelotas, Horizontina, Carazinho, Flores da Cunha, Nova Prata, Vacaria, Guaporê, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Estrela e outros, com estímulos de ordem técnica, material e financeira no valor total de Cr\$ 18.000.000,00.

Destaque especial, pela importância para a Economia do Estado, cabe ao planejamento do Distrito Industrial de Rio Grande, o maior do Estado, com investimentos que atingiram Cr\$ 40.000.000,00.

Esse trabalho constou, entre outras medidas, da elaboração do Projeto de Implantação, que compreende o sistema viário, o sistema de abastecimento de água — em conjunto com a CORSAN — estudos setoriais do pólo petroquímico e o projeto de uma unidade industrial de ácido sulfúrico/cimento.

. . . . .



.....

Como instrumento financeiro de apoio à infra-estrutura urbana do Estado, a Secretaria de Coordenação e Planejamento administra o Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURBANO/RS), destinado a financiar ou subsidiar projetos de melhoria do equipamento urbano das cidades gaúchas, bem como dar suporte financeiro à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Integrada no Sistema Nacional de Planejamento, cuja central é a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), a Secretaria de Coordenação e Planejamento recebeu delegação para coordenar, no Estado, os planos de aplicação do Fundo de Participação dos Municípios com mais de 25.000 habitantes. Isso permite articular programas estaduais com os dos municípios, de que é exemplo o Distrito Rodoviário de Uruguaiana, que conta com recursos dos três níveis de governo, num total de Cr\$ 13.000.000,00.

A criação do Fundo de Desenvolvimento Urbano, de âmbito federal, gerido pelo Banco do Brasil, deu origem a um acordo operacional entre aquele estabelecimento e a Secretaria de Coordenação e Planejamento, que permitiu a coordenação de projetos estaduais e municipais, à conta do citado Fundo, carreando para o Estado quantia da ordem de Cr\$ 100.000.000,00.

O programa de investimentos integrados para o setor agropecuário, iniciado em janeiro de 1973 e instituído por convênio firmado entre o Governo do Estado, Ministério da Agricultura, Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), tem como propósito estudar alternativas de desenvolvimento, objetivando a definição de uma política e respectiva estratégia de ação para o setor agropecuário.

Até o final de 1974 foram elaborados os seguintes estudos: Regionalização Agrícola, Zoneamento Agrícola, Estu

.....



do de Mercado, Tipificação de Unidades de Produção e Perfis Agropecuários.

Estão vinculados administrativamente à Secretaria de Coordenação e Planejamento, 4 Fundações:

- Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) — completamente reestruturada após a absorção do extinto Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul (ITERGS), desenvolveu suas atividades em pesquisas exploratórias e na execução de projetos, destacando-se os estudos preliminares e de viabilidade para a instalação de um pólo petroquímico no Rio Grande do Sul, que representa, talvez, o mais importante projeto em execução no Estado.

- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) — aplicou Cr\$ 11.650.000,00 na concessão de bolsas de estudo no País e no Exterior e em auxílios para pesquisas em áreas básicas, constituindo-se um elo de ligação entre a Universidade e o Governo.

- Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) — criada em 1972, para a formação e aperfeiçoamento sistemático do servidor público estadual, principalmente de executivos de médio e alto nível — dando suporte ao processo de modernização administrativa — realizou intensa programação, destacando-se o Curso de Formação de Administradores de Agroindústrias, executado em convênio com o Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE).

- Fundação de Economia e Estatística (FEE) criada em 1973, com a absorção do antigo Departamento Estadual de Estatística (DEE), concentrou sua ação na recuperação do setor estatístico e na análise da economia do Rio Grande.



Of. GG/AEG-128/75

17.

.....

A articulação da FEE com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) resultou na primeira delegação desse último a um órgão estadual, para execução de tarefas de natureza estatística.

No que se refere ao setor de finanças, o Estado, através da Secretaria da Fazenda, além das atribuições normais de execução orçamentária, no decorrer da atual gestão, concentrou esforços na implantação de medidas inovadoras, visando a uma progressiva e contínua racionalização dos serviços e à obtenção de melhores resultados na área da administração financeira e orçamentária.

Os serviços fazendários foram totalmente modernizados, permitindo Programação e Controle Orçamentário, que consiste na computadorização de todas as informações acerca da orçamentação, liberação de dotações, empenho e pagamento da administração direta do Estado. Foi implantado o Sistema Cadastro de Contribuintes do Imposto de Circulação de Mercadorias, também contando com serviços de computação eletrônica.

No que se refere ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BERGS) e à Caixa Econômica Estadual (CEE), órgãos vinculados à Secretaria da Fazenda, é interessante que se registre a evolução que ambos apresentaram, tanto no capital como nos depósitos e aplicações, no período de 1971 a 1974:

- o BERGS, com um capital de Cr\$ 40.000.000,00 em 1970, elevou recentemente seu capital para Cr\$ 150.000.000,00, que adicionado ao Fundo de Reserva, de igual valor, totaliza Cr\$ 300.000.000,00.

- a CEE teve uma evolução nos seus depósitos de Cr\$ 143.000.000,00, em 1970, para Cr\$ 1.140.000.000,00.

.....



18.

Of.GG/AEG-128/75

. . . . .

Na área de Fiscalização, relativamente ao novo regulamento do ICM, elaborado na atual administração, cabe destacar:

- ampliação da faixa de isenções;
- dilatação de prazos de recolhimento do tributo, para atenuar problemas de falta de capital de giro das empresas;
- aproveitamento de crédito fiscal nas exportações de produtos agrícolas.

Com o objetivo de alcançar maior produtividade junto aos órgãos da Administração Financeira, direta e indireta do Estado, através do crédito, da prestação de serviços e da participação no mercado de capitais, foi criada a Junta de Coordenação Financeira, que propiciou, ao longo destes últimos quatro anos, entre outras, as seguintes realizações:

- Na área creditícia:
  - Programa de Financiamento aos Municípios;
  - Programa de Financiamento ao Servidor Público (CEE);
  - Programa de Financiamentos a Empreiteiros de Obras Públicas.
- Na área do mercado de capitais:
  - controle, através de computação, da circulação de títulos estaduais, garantindo perfeita administração dos mesmos;
  - liquidez assegurada dos títulos, através da Banrisul Corretora.

Considerado durante muito tempo como simples "corredor", por onde passavam as correntes turísticas do Prata, em

. . . . .



.....

demanda do eixo São Paulo-Guanabara, e do centro do País em direção a Montevideu e Buenos Aires, o Rio Grande do Sul parte, atualmente, para a criação de uma infra-estrutura no setor turístico, que o está transformando, a curto prazo, num dos maiores pólos de atração do Continente.

A variedade paisagística, o acervo étnico-cultural dos diversos grupos de imigrantes que povoaram o Estado, a gastronomia, o artesanato, o folclore, as condições climáticas favoráveis — o Rio Grande do Sul tem as quatro estações definidas, permitindo a oferta de quatro produtos diferenciados — e outros fatores estão sendo tecnicamente trabalhados pelo Sistema Estadual de Turismo, que prepara esse grande salto.

Fruto do trabalho desenvolvido pelo mesmo Sistema é o aumento da conscientização sobre a importância econômica e social do turismo nos municípios do interior do Rio Grande do Sul, que despertam para a montagem de estruturas receptoras próprias. Ressalte-se também a procura, cada vez mais acentuada, do Estado, para sediar congressos, seminários e outros conclaves de âmbito nacional e internacional.

Registre-se, assim, o considerável aumento verificado no fluxo turístico do Estado do Rio Grande do Sul, em 1974, na percentagem de 26,86% em relação ao ano de 1973.

Cite-se, ainda, a assinatura de Convênios com os Estados do Paraná e Santa Catarina, para o intercâmbio de assistência técnica mútua, troca de informações e implantação de um "Roteiro Integrado do Extremo Sul", visando a sua comercialização, numa primeira etapa, nos centros emissores do Brasil e, posteriormente, nos Países do Prata.

No que se refere à conclusão de Projetos, salientem-se:

.....



- o término das melhorias no "Parque Estadual do Caracol";
- a conclusão das 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> etapas de Paisagismo no "Parque da Guarita", em Torres, acesso e estacionamento;
- a 1<sup>a</sup> fase de implantação do "Parque Histórico Bento Gonçalves", em Camaquã;
- a 3<sup>a</sup> etapa do "Balneário do Prado", em Vicente Dutra;
- a 1<sup>a</sup> etapa do "Camping da Lagoa dos Patos", em São Lourenço do Sul;
- a 3<sup>a</sup> etapa da "Campanha de Arborização do Litoral";
- a 1<sup>a</sup> etapa das obras do "Belvedere do Travesão do Sonda", em Flores da Cunha;
- a reforma das instalações turísticas do "Taim bezinho";
- a implantação dos "Centros de Informações Turísticas", no Rio de Janeiro-Guanabara e, no Rio Grande do Sul, em Bagé-Aceguá, Sant'Ana do Livramento, Porto Mauá e Vacaria.

A fim de dar continuidade à linha prevista para tornar o Estado capaz de manter, permanentemente, um fluxo turístico realmente considerável — atraído pela infra-estrutura organizada e montada de modo a captar as correntes turísticas, de maneira tanto quanto possível constante e ininterrupta — faz-se necessária a implantação de novos Projetos de Urbanização de Áreas, Parques Turísticos, "Campings" e outros, de igual importância turística para o Estado.

O Rio-Grande do Sul, atualmente, se caracteriza como um Estado em franco progresso no que se refere ao setor e



Of. GG/AEG-128/75

21.

nergético e a ação da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações desenvolve-se através de três empresas de economia mista, nas quais o Governo do Estado tem participação majoritária: Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e Companhia Riograndense de Mineração (CRM).

Óbice ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, no passado, a carência de energia elétrica foi superada graças aos esforços desenvolvidos pelo Estado e à consolidação, pela CEEE, da infra-estrutura energética. No período 1973/74, duas usinas entraram em operação, a de Passo Real e a Presidente Médici — paralelamente à usina da Eletrosul, da qual o Estado é acionista, no rio Passo Fundo — e foram iniciadas as obras da hidrelétrica de Itaúba. Hoje, pode-se afirmar que o Estado tem energia em abundância, com capacidade de geração de mais de 1 milhão de kW, o que lhe permite assegurar um processo de rápida e intensa industrialização. Somadas aquelas usinas às inúmeras subestações e linhas de transmissão, formam elas um apreciável conjunto de obras, jamais antes realizado em tão curto espaço de tempo.

A primeira usina de porte concluída no período foi a Central Hidrelétrica de Passo Real, em setembro de 1973, com 125 mil quilovates. Em Bagé — Candiota — a CEEE enfatizou o aproveitamento do carvão a céu aberto, construindo a Central Termelétrica Presidente Médici, com 126 mil quilovates. Na segunda etapa, serão adicionados mais 150 mil quilovates a esta fonte geradora, já estando prontos os editais de concorrência para sua construção.

A Hidrelétrica de Itaúba tem 2.000 homens trabalhando em suas obras, iniciadas em janeiro de 1974. Já desviado de seu leito original o curso do rio, trabalha-se agora na construção da barragem. A obra ficará concluída em 1977 e adiciona



. . . . .

rã mais 500 mil quilovates ao potencial instalado no Rio Grande do Sul.

Durante o quadriênio, foram instalados 814 quilômetros de linhas de transmissão e 1.405 quilômetros de redes de distribuição. Entre outras, de alta tensão, cabe destacar a que liga a Usina Presidente Médici à Subestação Cidade Industrial, em Canoas, e as duas que ligam Passo Real à mesma subestação. No sistema de distribuição, avulta a implantação da rede subterrânea da zona central de Porto Alegre, com 90% das obras civis concluídas e já com os trabalhos de montagem eletro-mecânica em andamento.

A Subestação Cidade Industrial, em Canoas, uma das dez maiores do País, será o ponto de convergência de 13 grandes linhas de transmissão e principal coordenadora do sistema estadual.

Não menos importante foi o trabalho realizado no setor de eletrificação rural, instrumento decisivo para a integração social e econômica do homem do campo ao processo de desenvolvimento. Somente nos três últimos anos foram canalizados ao setor Cr\$ 30.500.000,00, em auxílios diretos do Governo. De janeiro de 1970 a maio de 1974 foram atendidas 16.533 propriedades rurais em 541 localidades.

Havendo fixado em 1971 o programa a ser desenvolvido no triênio 72/74, iniciou a CRT a implantação de 18 centrais telefônicas automáticas e a ampliação de 17 outras já existentes, totalizando a contratação de 45.500 terminais. Quanto aos serviços interurbanos, houve a ampliação dos 117.112 canais-quilômetros, então existentes, para 448.361, mediante a implantação de grandes rotas de microondas de 960 canais, constituindo a espinha dorsal do grande sistema de telecomunicações do Estado.

Em 1973, em plano adicional, com financiamento

. . . . .



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

Of.GG/AEG-128/75

23.

.....

do Banco do Brasil, foi contratada a instalação de mais 22.500 terminais para ampliação de praticamente todas as centrais automáticas do Estado, a serem instaladas em 1975/76, aproveitando a capacidade de prédios existentes.

Menção especial cabe ao plano pioneiro de incentivos à telefonia rural, para o qual passou-se a destinar substanciais recursos.

O investimento total do quadriênio pela CRT foi de aproximadamente Cr\$ 640.000.000,00. O número de telefones no Estado passou de 96.000, em 1971, para 357.000, em fins de 1974 e, até o final deste Governo, mais centrais telefônicas serão inauguradas.

Quanto à Companhia Riograndense de Mineração, a produção de carvão nas duas minas exploradas pela Companhia atingiu, durante o quadriênio, o total de 1.345.000 toneladas.

Durante o período 71/74, o desenvolvimento das atividades de pesquisa de jazidas minerais fizeram com que fosse ampliada em 260.000.000 de toneladas a reserva medida de carvão em Candiota e determinada uma reserva de 3.500.000 toneladas de minério de cobre na região de Caçapava.

Tiveram início e se acham em pleno andamento as pesquisas tecnológicas, em convênio com o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais, para obtenção de cobre metálico, através de processo de lixiviação e eletrometalurgia. Desenvolveram-se as pesquisas de lavabilidade dos carvões de Leão e Candiota, com vistas à redução do teor de cinzas desses carvões, para a sua possível aplicação na siderurgia.

Pesquisa das mais importantes e promissoras é a que diz respeito ao aproveitamento do carvão gaúcho para gaseificação. Foram remetidas amostras a laboratórios situados na Repu

.....



24.

Of. GG/AEG-128/75

blica Federal da Alemanha e os relatórios mostram que os carvões das minas de Candiota e Leão apresentam excelentes condições para a obtenção de gás, redução direta do minério de ferro, fabricação de amônia, combustível para a indústria ou para uso doméstico, bem como para outros fins.

No setor de Transportes, o Estado realizou a integração da atuação de seus órgãos — Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA) e Departamento Aeroviário do Estado (DAE) — em estreito entrosamento com os organismos federais que atuam neste campo.

Esse trabalho conjunto possibilitou a implantação da infra-estrutura dos transportes no Rio Grande do Sul, dando condições para elevar a produção rural e desenvolver a industrialização do Estado.

Dessa forma, foi dado destaque especial às obras que fazem parte dos "Corredores de Exportação", dentro dos Protocolos de Intenções firmados com o Governo Federal.

Quanto ao setor rodoviário, as obras são atendidas pelo DAER e CINTEA, cabendo ao primeiro executar as constantes no Plano Rodoviário Estadual e à CINTEA auxiliar os municípios na construção e manutenção das estradas vicinais e de pontes.

Na gestão 1971/1974, foram implantados 1.164 km de rodovias, com um volume de terraplanagem de cerca de 47.000.000 m<sup>3</sup>. Quanto ao setor de estradas vicinais, foram executados, em terraplanagem e revestimento, cerca de 430 km de estradas.

.....



Atualmente, o Estado do Rio Grande do Sul abrange, no setor rodoviário, um total de 13.650 km de estradas, incluindo-se a rede federal e estadual, sendo 7.600 km não pavimentados e 6.050 km pavimentados, sem contar as estradas vicinais e municipais.

As modernas rodovias asfaltadas dos Corredores de Exportação, que ligam o norte e o oeste do Estado aos portos da Capital e de Rio Grande, foram entregues ao tráfego, em sua maioria.

Dentre todas, ressaltem-se as rodovias que ligam São Borja-Santa Maria-Rio Grande ("Diagonal Trigo-Soja"), Porto Mauá-Ijuí-Santa Maria-Rio Grande e Sarandí-Estrela-Porto Alegre-Rio Grande. Destaque-se, também, a elaboração dos projetos relativos à ligação do Alto Taquari à Serra e ao Litoral — Rota do Sol — com três segmentos em construção, dos quais o primeiro (Tamandaré-Farroupilha) já foi entregue ao tráfego devidamente asfaltado. Citem-se, ainda, as obras recém iniciadas que unem Santa Rosa a Sarandí e Três Passos a Ijuí.

Destaque deve ser dado igualmente às obras diretamente vinculadas à implantação da infra-estrutura de turismo, tais como: as rodovias que ligam a região Gramado-Canela-São Francisco de Paula ao litoral, pela ligação "Serra-Mar"; o circuito das praias, que receberam solução satisfatória no acesso às mesmas; o asfaltamento para Cidreira, Pinhal; a Interpraias e os melhoramentos em outras rodovias já existentes.

Quanto ao setor de Obras de Arte, as realizações da CINTEA se relacionam à execução e à colaboração na construção de 187 pontes, numa extensão aproximada de 3.400 metros.

Registre-se, ainda, o Entroncamento Rodo-hidro-ferroviário do Alto Taquari, localizado na Bacia do Taquari-Antas, próximo às cidades de Lajeado e Estrela, e que está a meio caminho entre Porto Alegre e a grande região do norte e nordeste do Estado.

Integrado na política de transportes dos governos estadual e federal, o DEPRC desenvolveu no período de 1971 a 1974 um plano de ação, visando ao desenvolvimento mais enérgico do sistema hidroportuário gaúcho, de forma a adequá-lo ao ní



. . . . .

vel reclamado pelo estágio de desenvolvimento do Estado e do País e, particularmente, de maneira a torná-lo apto a atender às necessidades mais urgentes geradas pelos programas dos "Corredores de Transportes".

Primeiramente, o órgão hidroviário buscou reequi-par-se, para poder atingir as metas estabelecidas pelo Governo.

Tendo em vista dar atendimento à dragagem dos canais de navegação, foram adquiridas 3 dragas de sucção e recalque, incluindo-se equipamentos específicos. Isso permitiu que fossem dragados mais de 5.000.000 de m<sup>3</sup>, além de 700.000 m<sup>3</sup> de aterro hidráulico e 90.000 m<sup>3</sup> de derrocamentos.

Podemos também destacar, entre as obras hidroviárias, a construção da Ponte Rodo-ferroviária do Saco da Mangueira, com 240 metros de extensão e investimento superior a 21 milhões de cruzeiros, obra essa de vital importância para o efetivo funcionamento do complexo portuário-industrial de Rio Grande.

O movimento de carga, nos 3 portos organizados do Rio Grande do Sul, cresceu 47% no período 71/74, sendo que neste último exercício a movimentação total atingiu a expressiva cifra de 11.800.000 toneladas, apresentando o DEPRC um incremento de 74% na produtividade portuária.

Foram construídos e ampliados, neste período governamental, entre silos e armazéns, 10 unidades, oferecendo ao setor primário mais de 257.000 toneladas de estocagem. Além disso, foi iniciado um moderno sistema de armazenagem a frio, no qual se destacam a cidade dos Alimentos, em Pelotas, a Central Frigorífica da Região Metropolitana, ambos em fase final de concorrência pública, e a implantação do Frigorífico Polivalente de Caxias do Sul, empreendimento pioneiro no País, no que tange às suas características técnicas.

A capacidade de carregamento de navios, no silo de Rio Grande, foi ampliada para 1.000 t/h e a CESA adquiriu, mediante acordo com o Governo Federal, a rede de silos da Companhia

. . . . .



.....

Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) neste Estado, incorporando-a a seu patrimônio.

Finalmente, encontra-se em fase de conclusão o armazém graneleiro de Camaquã, para 30.000 toneladas; em Rio Grande, está em obras a 1ª etapa de dois armazéns, com capacidade para 70.000 toneladas, e existe projeto que prevê mais seis graneleiros a serem conjugados a silos existentes em Palmeira das Missões, São Gabriel, Passo Fundo, Santa Bárbara do Sul, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul, o que possibilitará um aumento de oferta de mais de 145.000 toneladas, a curto prazo.

Quanto ao setor aeroportuário, o DAE executou importantes obras de construção, manutenção, recuperação e ampliação de pistas de pouso, hangares e estações, além de melhorar as instalações dos aeroportos.

Ao todo, foram atendidos com estas obras 47 aeroportos, sendo empregados nesses serviços um total aproximado de Cr\$ 80.000.000,00.

## 2. Trabalho, Ação Social, Saúde Pública e Desenvolvimento Regional e Obras

Considerando especificamente os problemas de cunho social, a Secretaria do Trabalho e Ação Social, através da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) e da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS) promoveu, de forma marcante, a assistência ao menor e aos planos de habitação popular.

Com recursos financeiros do Estado e da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), a FEBEM pôde executar vários projetos, ressaltando-se, na "área preventiva", os programas de prevenção da marginalização do menor — com capacidade de atendimento diário, em Pelotas, São Leopoldo e Santa Maria, a cer

.....



. . . . .

ca de 3.000 menores — e a instalação do 1º Centro de Juventude, em Porto Alegre, com capacidade para atender até 300 menores. Na "área terapêutica", destaca-se a adaptação do prédio do Instituto Padre Cacique para o funcionamento de um centro de preparação para o trabalho de menores, bem como o reequipamento de suas instalações, visando a dar iniciação profissional a 800 menores.

No setor habitacional, coube à Secretaria a coordenação e orientação da política de habitação que é executada e implantada através da Companhia de Habitação do Estado (COHAB). Neste período governamental, diversas medidas foram postas em prática para o efetivo desenvolvimento do Programa Estadual de Habitação, merecendo especial ênfase a relacionada à implantação do Plano Nacional da Habitação Popular (PLANHAP), que teve imediata adesão por parte do Governo do Estado. Como exemplo, cite-se a declaração de utilidade pública de áreas para fins habitacionais, em 14 municípios da região metropolitana, num total de 1.730 hectares, com capacidade para cerca de 32.000 unidades habitacionais ou seja, aproximadamente, 160.000 pessoas.

No que se refere, particularmente, aos aspectos de Trabalho, a Secretaria, por intermédio da Fundação Gaúcha do Trabalho, com recursos do Estado e do Ministério do Trabalho, realizou, na grande maioria dos municípios, 6.521 cursos intensivos de treinamento de mão-de-obra para 82.559 trabalhadores, abrangendo os setores primário, secundário e terciário.

Recém concluída, foi iniciada no 2º semestre de 1974, a 1ª etapa do Centro de Recreação do Trabalhador, localizado na Região Metropolitana, contando com condições excepcionais de recreação e lazer, com canchas de esporte, piscinas, ginásio coberto, prédio para convenções e biblioteca.

Ainda no setor do Trabalho, há que se fazer referência ao problema de desemprego gerado, em Butiã, pelo progres

. . . . .



sivo esgotamento das minas de carvão. Essa questão foi equacionada com a criação de um mercado permanente de trabalho, através do projeto de implantação de um Distrito Industrial. Cinco empresas já manifestaram interesse concreto em instalar-se na área do Distrito, o que representa investimentos na ordem de Cr\$ 170.000.000,00, gerando 1.400 novos empregos diretos.

Outro instrumento de valorização sindical, o Fundo Estadual de Financiamento de Sindicatos e Federações de Trabalhadores e Profissionais Liberais (FINASIND), financia Sindicatos na construção, aquisição, reforma e ampliação de sedes próprias. Mais de 50 Sindicatos já encaminharam pedidos de financiamento, sendo agente financeiro do Fundo a Caixa Econômica Estadual.

As atividades da Secretaria da Saúde têm por objetivo a promoção da saúde em geral, a prevenção específica, o diagnóstico e pronto tratamento de doenças, a redução da incapacidade e a reabilitação da saúde física, mental e social.

As ações de saúde são desenvolvidas por uma rede de 323 unidades prestadoras de serviços, das quais 203 foram implantadas durante a presente gestão e 97 foram reformadas e equipadas. Estão elas distribuídas em 15 Delegacias Regionais, dando cobertura a quase totalidade dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Entre as realizações, no período 71/74, podemos destacar:

- controle das doenças transmissíveis, através das unidades sanitárias, mediante vacinação em massa: BCG em escolares, anti-poliomielite, anti-varíola, anti-sarampo, na população infantil;

- intensificação de ações de saúde, visando a diminuir a magnitude das doenças venéreas, da tuberculose e da le



. . . . .

pra e exercer uma vigilância epidemiológica, através da vacinação, no combate à meningite-meningocócica;

- ampliação, no campo da saúde mental, da rede de ambulatórios, no interior do Estado, bem como reestruturação material, funcional e programática do Hospital São Pedro;

- aumento numérico, relativamente ao câncer ginecológico, das Unidades de Prevenção das Delegacias e construção de um Laboratório Central de Citopatologia e Anatomia Patológica, em Porto Alegre;

- intensificação, na área médico-sanitária, de diversos programas, em especial os ligados à saúde materno-infantil, através de suplementação alimentar, vacinações, diagnóstico e tratamento ao grupo vulnerável; e

- conclusão do Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul (LAFERGS), com área construída de 1.600 m<sup>2</sup>, produzindo uma grande linha de medicamentos, capaz de suprir as necessidades da Secretaria da Saúde, com a economia, para os cofres públicos, de soma equivalente a Cr\$ 6.000.000,00.

No campo do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, fecundo trabalho foi desenvolvido, tanto em atividades já tradicionais, quanto pela abertura de novas frentes de trabalho, com a criação da Companhia de Desenvolvimento Regional e Obras (CEDRO) e da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul.

Do elenco de realizações, destacam-se:

- Construção do Centro Administrativo do Estado — num total de 126.042 m<sup>2</sup>, essa obra se destina a reunir, num só conjunto, toda a Administração Superior do Governo do Estado.

- importante e intensa atividade desenvolvida no

. . . . .



. . . . .  
campo do planejamento regional e urbano, salientando-se:

- estudo de um Sistema de Desenvolvimento Regional e Urbano (SISDRU), para implantação em todo o Estado;
- nova sistemática, visando à elaboração de Planos Diretores de Ação Municipal, em trabalho conjunto com 24 Prefeituras Municipais.
- Três convênios, de grande importância, firmados com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS):
  - proteção contra as cheias do Rio dos Sinos, que obteve também financiamento do Governo Alemão, no valor de 10 milhões de marcos;
  - defesa de Porto Alegre contra inundações;
  - drenagem das lagoas no Litoral Norte.
- Constituição da Central de Levantamentos do Rio Grande do Sul, visando a criar um cadastramento de informações para uso dos órgãos Estaduais, Municipais e entidades privadas.
- Equacionamento definitivo da situação operacional e econômico-social do Estaleiro Mabilde.
- Constituição dos Conselhos Deliberativo e Consultivo, na área da Região Metropolitana, atendendo às determinações da Lei Complementar nº 14.
- Aprovação, de acordo com o que preceitua a citada Lei, da criação da Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN), órgão responsável pelo planejamento da política ditada pelo Conselho.

Com investimentos da ordem de Cr\$ 250.000.000,00 aplicados em obras em mais de 150 localidades, a Companhia Rio



. . . . .

grandense de Saneamento (CORSAN), no alcance da meta estabelecida pelo atual Governo do Estado, levou água potável a 62 localidades ainda desprovidas desse serviço e realizou 29 ampliações de sistemas em operação. Vem executando, em sua fase final, obras de implantação em 6 sedes municipais e de ampliação de 16 outras localidades, traduzindo-se sua ação, neste quadriênio, em benefícios para mais de 580.000 habitantes, além das populações antes atendidas.

A CEDRO, criada no atual Governo, contratou obras que abrangem serviços relativos a diversas áreas de marcante interesse público, como o Centro Administrativo do Estado, foros, presídios, unidades sanitárias, delegacias de polícia, levantamentos aerofotogramétricos, implantação de sistemas viários e programas de desenvolvimento regional, num total de Cr\$ 222.309.601,00.

A fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, criada com um patrimônio estimado em Cr\$ 300.000.000,00, é um laboratório dinâmico de estudo e conservação da natureza e atende, igualmente, aos reclamos da comunidade por melhores condições de vida.

### 3. Administração Pública e Funcionalismo

A política adotada no setor, procurou modernizar e racionalizar a estrutura operacional dos serviços públicos, através da Reforma Administrativa e, por outro lado e com ênfase, valorizar o funcionalismo público — agente promotor do desenvolvimento.

O funcionamento do Projeto "Grupo Interdisciplinar do Sistema de Pessoal" (GISP), muito contribuiu para a im

. . . . .



Of. GG/AEG-128/75

33.

plantação desta política, através da consolidação e atualização da legislação em vigor e da criação de mecanismos de controle e informações pertinentes a Registros Funcionais e Recursos Humanos.

Cabe salientar a atuação do Instituto de Previdência do Estado (IPERGS), que se propôs a desenvolver o Plano de Assistência Médica como meta prioritária, atingindo no período 71/74 o número de 986.901 atendimentos, com o custo de Cr\$ 136.157.322,64.

Outrossim, nem só sob o aspecto dessa meta cristalizou-se o trabalho do IPERGS. Esse Instituto ainda buscou ampliar o alcance dos benefícios a outros grupos, como aos funcionários municipais, interiorizar sua assistência e constituir o Fundo Estadual de Previdência Parlamentar (FEPA), quando foram estendidos aos Senhores Deputados Estaduais os benefícios da assistência previdenciária.

Fato marcante na história administrativa do Estado, foi a implantação do Calendário de Pagamentos, onde, no início de cada ano constam as datas exatas em que cada funcionário, mês a mês, e durante todo o exercício, receberá seus vencimentos.

Registre-se, ainda, a transformação da Imprensa Oficial em Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), hoje instalada e equipada adequadamente.

E por fim, cite-se a transformação do Centro de Processamento Eletrônico de Dados (CPED) em Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), Sociedade de Economia Mista que será transferida, em 1975, para suas novas instalações, junto ao Centro Administrativo do Estado.

#### 4. Interior e Justiça e Segurança Pública

A Secretaria do Interior e Justiça, tendo como atribuição precípua a condução da Política de Governo, desenvolveu durante esta gestão um amplo e profícuo entrosamento entre



. . . . .

os Poderes do Estado, os Municípios, os Partidos Políticos e o Corpo Consular. Facilitou e oportunizou, assim, aos seus órgãos subordinados, o cumprimento das tarefas que lhe estão afetas na atual conjuntura administrativa, responsáveis que são pela política penitenciária, registro público das atividades econômicas, guarda de documentos públicos e assistência técnico-administrativa aos municípios.

A administração penal registrou um crescente progresso no trabalho de recuperação do presidiário, merecendo destaque:

- melhoria das instalações da rede prisional, salientando-se o início das obras de uma Penitenciária de grande porte, em Convênio com o Governo Federal, que abrigará 256 detentos;

- inauguração do Instituto Penal de Mariante, destinado a presos em regime de semi-liberdade, estabelecimento pioneiro no sistema penitenciário brasileiro.

A Junta Comercial do Rio Grande do Sul, órgão vinculado administrativamente à Secretaria do Interior e Justiça, apresentou uma movimentação crescente, registrando 43.171 novas empresas, que surgiram durante o quadriênio.

A assistência prestada pela Coordenadoria de Assistência Técnico-Administrativa (COATAM) atendeu aos problemas financeiros, contábeis e administrativos que envolveram todos os aspectos da vida municipal, exigindo, para tanto, a organização de uma ampla programação, destinada a oferecer aos municípios a instrumentação necessária para abarcar todas essas questões.

Ressalto, ainda, o clima de paz, tranquilidade e ordem existente no Estado, permitindo à comunidade rio-grandense

. . . . .



dedicar-se inteiramente às mais variadas atividades do trabalho profícuo, no rumo do progresso e do desenvolvimento.

No que tange à política da Pasta de Segurança, procurou-se o aperfeiçoamento constante da organização, com vistas à obtenção de uma maior dinamização dos serviços, mediante o aumento de sua eficiência pela maior racionalização e operacionalidade dos órgãos que integram o sistema. E, em conformidade com esses princípios, o Setor de Segurança Pública, no período 71/74, registrou, entre outras, as seguintes realizações:

- criação do Centro de Operações no Departamento de Polícia Metropolitana, do Centro de Informática e do Fundo Especial de Reparelhamento dos Serviços de Segurança Pública;
- implantação da Delegacia de Tóxicos;
- organização do Sistema de Defesa Civil do Estado;
- convênio com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), para preservação da Fauna Silvestre e execução da Lei de Proteção à Fauna;
- construção e reapearelhamento do Departamento Técnico-Científico, abrangendo o Instituto de Polícia Técnica e o Instituto de Identificação, o que beneficiará toda a comunidade gaúcha.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição que acaba de ser feita sobre a situação dos negócios do Estado dá a idéia segura de que o Rio Grande, vencendo paulatinamente todas as etapas de sua missão histórica, vem de ingressar em uma fase que tem por marca predominante a ampliação da política de desenvolvimento econômico e



. . . . .

considerável incremento de sua economia, notadamente, nos setores da agropecuária e industrialização, assentada sua política de desenvolvimento industrial em bases perfeitamente definidas, que encontra ponto de sólido e robusto sustentáculo na significativa expansão do setor primário, numa infra-estrutura em perfeita consolidação e num dinâmico programa de qualificação profissional, ao lado de novos instrumentos de apoio técnico e financeiro.

O Orçamento Geral para 1975 e o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio vindouro, recentemente aprovados por essa Augusta Casa, evidenciam a existência de disponibilidades, em vulto tal, que asseguram a plena continuidade dos planos até aqui lançados e a complementação da política de desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Grande e valiosa contribuição para a consecução desse ambicionado objetivo, há de ser oferecida pela estrutura educacional com que conta o Estado e a presença de mais de dois milhões de jovens nos bancos escolares.

Adquirindo segura e adequada qualificação e orientação, a juventude de hoje vai se constituir em uma geração capaz de corresponder aos desafios do amanhã.

O futuro Governo terá, por certo, ao seu alcance, as condições necessárias para cumprir a elevada missão que lhe está reservada, para o que não há de lhe faltar a total cooperação dessa Egrêgia Assembléia e de todo o povo rio-grandense.

Historiados os principais eventos pertinentes à situação dos negócios do Estado, cumpre destacar a inestimável contribuição do funcionalismo estadual para os grandes objetivos contidos no PROJETO GRANDE RIO GRANDE. Registro, também, a minha

. . . . .



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR

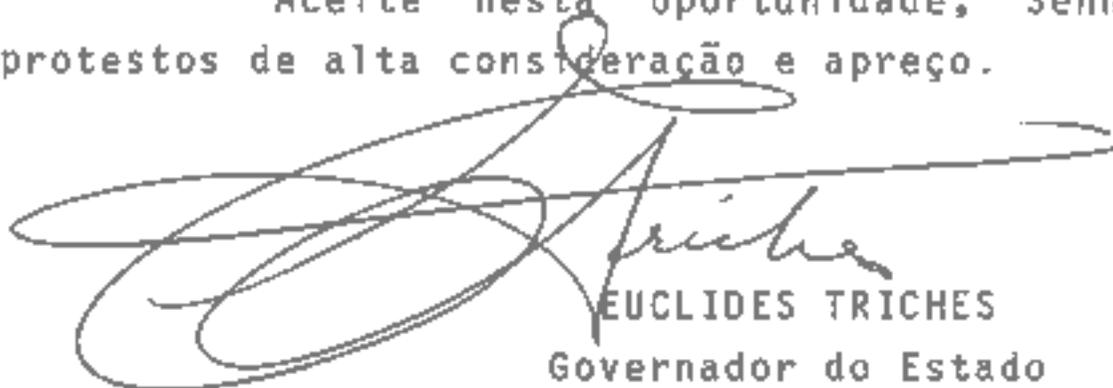
OF.GG/AEG-128/75

37.

profunda gratidão à comunidade rio-grandense pela sua colaboração e apoio às iniciativas do Governo, sem o que os esforços empreendidos seriam vãos.

Por derradeiro, Senhores Deputados, deixo consignados meus cumprimentos pelos profícuos trabalhos legislativos efetuados nos quatro anos passados, renovando minha crença e esperança no papel do Parlamento, com vistas à atividade social e ao desenvolvimento rio-grandense.

Aceite nesta oportunidade, Senhor Presidente, meus protestos de alta consideração e apreço.



EUCLIDES TRICHES  
Governador do Estado

Secretaria da Coordenação  
e Planejamento - RS  
BIBLIOTECA